

# WITTGENSTEIN E OS NOMES PRÓPRIOS

Luiz Hebeche\*

**SÍNTESE** – Uma das dificuldades de Wittgenstein para a crítica da "imagem agostiniana da linguagem" são os nomes próprios. Realismo ontológico? Este artigo é uma tentativa de compreender este problema.

**PALAVRAS-CHAVE** – Wittgenstein. Russell. Nomes próprios. Gramática.

**ABSTRACT** – A difficulty of Wittgenstein's critique of the "Augustinian picture of language" is the issue of proper names. Ontological realism? This paper tries to understand the problem.

**KEY WORDS** – Wittgenstein. Russell. Proper names. Grammar.

A "nossa complicada forma de vida" é compreensão. E compreensão é, basicamente, a práxis da linguagem. Ela não tem nem começo nem fim. Não se pode traçar os limites desta complexa trama em que operam as palavras comuns como "mesa", "cadeira", "rádio" e também os nomes próprios, como nossos nomes de batismo, os nomes dos nossos parentes, dos nossos amigos, dos professores, alunos, colegas, dos artistas, filósofos, escritores, religiosos, enfim, de gente famosa como Picasso, Van Gogh, Mozart, Machado de Assis, Homero, Jesus Cristo, Buda, Maomé, etc. Estes exemplos são um mero recorte numa lista quase interminável, pois os nomes próprios famosos, não estão apenas na tradição milenar, mas dependem do contexto de cada país e época. Quais os pintores em voga em Nova York, ou Moscou, ou Praga? Quem escreve poesia relevante em Manaus ou no Cairo? Pode-se, obviamente, acrescentar mais nomes a esta lista como os dos cineastas, escultores, fotógrafos, cronistas, e ainda do jornaleiro da esquina, do gerente do banco, do barbeiro, dos frentistas do posto de gasolina onde costumamos abastecer o carro, a marca do carro, etc. Isso basta para mostrar a relevância que os nomes próprios têm no nosso complicado modo de compreensão. Sem eles, o "fluxo da vida" seria esvaziado e tornar-se-ia, incompreensível ou irreconhecível. É possível imaginar um mundo sem nomes próprios, onde os que nele vivem não teriam nomes como nós, mas apenas números ou portassem, como identificação, uma fotografia do seu código genético, etc. Mas, esse mundo, nada teria a ver com a nossa forma de vida. Mas, mesmo esse exercício de futurologia, só pode ser

\* Doutor. Professor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

feito comparando o nosso mundo com um outro que seria a negação dele. E, embora a nossa forma de vida, não seja uma essência fixa ou uma idéia imutável, mas a sua execução pública, dificilmente os nomes próprios deixarão de ter, nela, o seu papel decisivo. A relevância deste tema não poderia ficar à margem da vaga lingüística que atingiu a filosofia do último século, principalmente com a análise lógica da linguagem, inaugurada por Frege e Russell. Ambos, embora tendo soluções distintas, assumem o ponto de vista comum que o nome próprio diz respeito a um portador singular. Um tratamento sério sobre os nomes próprios levaria a desenvolver uma teoria da referência singular. Ou seja, os nomes próprios para se referirem a alguém em particular devem envolver algum mecanismo (mental) de associar o nome com o seu portador. A complexidade das funções que os nomes têm na linguagem, e a própria tradição em que eles são compreendidos passariam, então, a depender de um salvo-conduto teórico que lhes garantissem o seu caráter de "particular". Como veremos, Russell chegou a desenvolver a noção de "particulares egocêntricos". Nosso objetivo, porém, será o de resgatar a trama pública da linguagem, em cuja práxis os nomes próprios são compreendidos, antes de quaisquer teorias. Pois os nomes próprios têm as mais variadas e ambíguas funções na linguagem. As regras de seus usos não são platônicas, mas, ao contrário, o seu domínio não pressupõe o conhecimento teórico. A própria singularidade do nome próprio não pode ser entendida sem a compreensão das suas diversas funções na linguagem. Esta é a estratégia geral de Wittgenstein para varrer todo vestígio de dogmatismo da compreensão da gramática da linguagem. A sua estratégia visa a mostrar como o modelo objeto-designação tornou-se uma fonte de enganos e deslizos da práxis da linguagem. Nele teve origem a noção de linguagem privada, como "sei que eu sou eu", "Sei que meu nome é L. H.", "Reconheço que aquele é o meu tio Domingo", etc. Mas, as regras para uso dos nomes próprios não dependem de um processo interno de confirmação ou reconhecimento privado, pois estão no domínio de habilidades públicas. A regra de um nome próprio é a sua execução, que, muitas vezes, depende do domínio de técnicas sutis de diferenciação. São as "vivências da significação" dos nomes próprios. Nosso estudo se centrará nas *Investigações filosóficas* (PU), pois, nesta obra, Wittgenstein coloca à mostra as ilusões gramaticais que originam-se no tratamento unilateral da linguagem ordinária.

Nas PU, porém, esse assunto não é extensamente desenvolvido. Mas sem ele a crítica do modelo objeto-designação ficaria não apenas incompleta, mas comprometida, pois, ao lidar-se com um nome próprio, tem-se a inclinação de apontar para seu portador (PU § 43). Deste modo, os nomes próprios designariam algo distinto da linguagem. Com a rejeição da concepção agostiniana da linguagem, palavras como "navio", "rua", "monumento", "clube" têm seus significados estabelecidos por seus diferentes usos ou funções na linguagem, mas "Sócrates", "Jorge", "João Paulo II", "Titanic", "Cristo Redentor", "Grêmio Futebol Clube", etc., "referem-se" a certas pessoas ou eventos singulares. Pois pode-se apontar e dizer: "Este é Jorge" ou "Aquele é o papa João Paulo II". Haveria então uma brecha na gramática por onde reentraria o fantasma do essencialismo, anteriormente

expurgado. A posição de Wittgenstein sobre este assunto teria de reconhecer que, de algum modo, um nome se refere a um portador. Neste caso, haveria algum tipo de realismo mínimo. Poder-se-ia chamá-lo de "mínimo realismo ontológico". Mas, mesmo um realismo *soft*, ainda seria realismo. Este tema crucial, Wittgenstein o recebeu da filosofia de Russell, especialmente na época do atomismo lógico. Veremos, portanto, em que consiste esta doutrina filosófica e como, nela, são entendidos os nomes próprios. Veremos também, sucintamente, como esta concepção fez parte do TLP, que foi, posteriormente, rejeitada com a introdução da noção de jogos de linguagem, semelhanças de família, seguir regras, etc. Só então pode-se compreender melhor a ruptura que Wittgenstein fez com a tradição analítica da filosofia da qual, aliás, foi um dos fundadores. Se é que ele resolveu a contento esta dificuldade.

Os compromissos de Wittgenstein com as influências fregiana e russelliana entraram em crise quando de seu retorno à filosofia nos fins dos anos 30. A partir desta época ele afastar-se-á cada vez mais da filosofia lógico-lingüística de seus antecessores, bem como de suas próprias posições expostas no TLP. Uma de suas tarefas, nesta direção, foi o desmantelamento do atomismo lógico. Esta doutrina filosófica, tal como foi concebida por Russell, ajuda-nos a compreender os desdobramentos do pensamento de Wittgenstein, em primeiro lugar, porque também esteve comprometido com ela, e, em segundo lugar, porque seu giro filosófico foi, posteriormente, marcado pelo esforço em destruí-lo. Ora, uma das noções desenvolvidas por Russell, nesta concepção, dizia respeito aos "nomes próprios". Antes de retomar este assunto, vejamos, em linhas gerais, qual é a doutrina do atomismo lógico. Esta doutrina é exposta num texto de Russel escrito em 1918. Ele é uma síntese das posições que autor pensou nesta década e divulgou em conferências e artigos que tratavam do problema do mundo exterior, da auto-observação ou introspecção, das imagens mentais, do método lógico-analítico, da noção de filosofia como disciplina auxiliar das ciências empíricas, etc. Essas posições são muitas vezes confusas e até mesmo contraditórias o que, talvez, mostre o caráter polemista, irônico alimentados, freqüentemente, pelo "humor inglês" de Russell. No artigo "A filosofia do atomismo lógico" (FAL) esta série de posições está mais bem delimitada. Nele, o autor volta a tratar de assuntos que o tornaram conhecido no cenário filosófico anglo-saxão, como "fatos e proposições"; "particulares, predicados e relações"; a "teoria dos tipos", o "simbolismo" e a noção de classes, são aí retomados, bem como problemas metafísicos que teriam influência na filosofia posterior, como a questão sobre "o que há", entre outras.

## O atomismo lógico

A doutrina do atomismo lógico, segundo Russell, surgiu a partir das suas meditações sobre a filosofia da matemática, embora reconheça ser difícil estabelecer uma conexão lógica entre ambas. Possivelmente, a conexão esteja em que a filosofia da matemática por ele propugnada se caracterizava por reduzir a matemática inteiramente à lógica e, portanto, a princípios cada vez mais simples. Surgiu então

uma doutrina lógica que se desprende da matemática. Junto desta lógica desenvolveu-se uma metafísica que ele cunhou de "atomismo lógico". Com isso, mais uma vez, ele marca sua oposição às lógicas de tipo hegeliano, que, durante esta época, se espalharam pelo mundo. À lógica da totalidade ele opõe a lógica da singularidade. Ele diz: "A lógica que vou propugnar é atomista, diferentemente da lógica monista daqueles que mais ou menos seguem a Hegel". Ele não se pergunta em que medida sua lógica atomista também não seria monista, mas, num primeiro momento, opondo-se à identidade hegeliana, afirma a diferença como ponto de partida da sua lógica atomista, partindo da crença do sentido comum que há uma multidão de coisas diferentes e que essa aparente multiplicidade do universo dificilmente poderia ser ou estar submetida a uma única realidade indivisível. Orientada por esta crença, ele fará então uma defesa filosófica do método da análise lógica da linguagem.<sup>1</sup> Ou seja, por "defesa filosófica" entenda-se o exercício do método da análise lógica. A filosofia é análise lógica. Desde logo, Russell se ocupa em responder à objeção que, aliás, será também a de Wittgenstein, que os resultados da análise nunca são exatos e que, quando se analisa uma totalidade qualquer, acaba-se por desvirtuá-la. E mais ainda, que, no fim da análise, tenha-se o mesmo que antes de começá-la, ou seja, que a análise não acrescente ao material analisado nenhum conhecimento relevante. A suspeita poderia ser brecada se a análise lidasse com "dados incontestáveis". Com isso, a lógica assume o caráter de uma teoria do conhecimento, pois os dados pressupõem um mundo objetivo e, portanto, que o seu conhecimento envolva algum processo subjetivo, "um certo subjetivismo inevitável" (FAL, p. 141). A lógica, que originalmente teria de abandonar o psicologismo, agora está envolvida com o cognitivismo. Russell mesmo reconhece que todavia permanece envolvido numa "trama algo desconcertante" entre lógica e psicologia. A lógica não pode evitar a observação dos fatos, sem perder o mundo objetivo; por outro lado, a psicologia, sem a lógica, andaria às cegas. A psicologia, como extralógica, seria uma mera associação de idéias. Para ilustrar isto, Russell dá um exemplo. Da expressão do rosto de um homem nós podemos depreender o que ele está sentindo e dizemos então "vemos que ele está zangado", quando, de fato, vemos-lo apenas franzir as sobrancelhas. Ora, segundo Russell, não conhecemos o estado de espírito deste homem por nenhum processo de inferência lógica, pois temos apenas os dados da observação, com isso ficamos desorientados, pois pode acontecer que tal homem não esteja zangado, mas apenas refletindo. Esta diferença, portanto, não nos é dada pela observação apenas. Há aqui uma falta de acuidade lógica. Ou seja, Russell chama a atenção para uma "distinção de vital importância" entre o primitivismo lógico e o primitivismo psicológico, pois em casos como o do exemplo acima "o conhecimento é derivado psicologicamente, mas, logicamente, ele é, em certo sentido, primitivo, já que não

<sup>1</sup> RUSSELL, B. La filosofía del atomismo lógico (FAL). In: *La concepción analítica de la filosofía*. Ed. Javier Muguerza. Madrid: Alianza Editorial, 1974, p. 140.

resulta de qualquer dedução lógica".<sup>2</sup> O caso da auto-observação é paradigmático, pois este tipo de conhecimento não pode ser levado a cabo pelas leis físicas. Para Russell, as leis físicas não se desenvolveram o suficiente para afinar suas observações sobre as sutilezas da mente; isto é, nem tudo pode ser reduzido ao estudo do cérebro. No autoconhecimento este método fisicalista é ainda bastante rude e inconseqüente. Em outras palavras, a observação física ainda não alcançou o patamar capaz de dar conta do auto-conhecimento, pois "enquanto grande parte do procedimento humano permanecer inexplicado em termos de leis físicas, não se pode afirmar, dogmaticamente, que não exista um resíduo teoricamente inexplicável pelo referido método".<sup>3</sup> Destacando uma das suas versões de filosofia, Russell espera que as ciências empíricas se desenvolvam para dar conta desses "resíduos" que, ainda hoje, lhes escapam. Enquanto isso não ocorre, ele crê dar conta deste problema aplicando o seu método lógico-analítico. Ou seja, precisamente para evitar resíduos é que ele propõe o atomismo lógico, que distingue do atomismo da análise física. A lógica atômica é totalmente distinta da física atômica. Nas suas palavras:

A razão que denomine a minha doutrina de atomismo **lógico** é que os átomos a que trato de chegar, como último resíduo na análise, são átomos lógicos, não átomos físicos. Alguns deles serão o que chamo de "particulares" – coisas tais como pequenas manchas de cor ou sons, coisas fugazes e momentâneas – outros serão predicados ou relações e entidades. O importante é que o átomo em questão tenha que ser o átomo da análise lógica, não da análise física.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Russell continua: "Pode existir, ou não, uma dedução lógica conduzindo ao mesmo resultado, mas, caso exista, nós certamente não a utilizamos. Se chamarmos um conceito de 'logicamente primitivo' por não o havermos adquirido através da inferência lógica, então inúmeros conceitos logicamente primitivos são psicologicamente derivados". Por outro lado, afirma Russell, "quando refletimos sobre conceitos que são primitivos, não logicamente, mas psicologicamente, chegamos à seguinte constatação: a menos que, através da reflexão, possam ser obtidos por um processo mental, de outros conceitos psicologicamente primitivos, nossa confiança em sua verdade tende a diminuir, à medida que vamos pensando neles. Acreditamos naturalmente, por exemplo, que as árvores e mesas, as cadeiras e montanhas, estão no mesmo lugar quando lhes víramos as costas. Nem por um instante me proponho a afirmar que essa permanência não se verifica: mantenho, porém, a opinião de que, se isso acontece ou não, é algo que não pode ser resolvido sem discussão, na base improvisada de uma suposta evidência. A crença de que elas não mudam de lugar é, para todas as pessoas, salvo um punhado de filósofos, logicamente primitiva, mas não é psicologicamente primitiva; psicologicamente essa crença se origina unicamente no fato de havermos visto essas mesas e cadeira, árvores e montanhas... Há, em conseqüência, maior necessidade de justificar nossos conhecimentos psicologicamente derivados do que de justificar os psicologicamente primitivos". (Ver: *Nosso conhecimento do mundo exterior*. Trad. de R. Haddock Lobo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 51, 52.) Mas, como estamos vendo, a "trama desconcertante" entre lógica e psicologia persistirá enquanto se recorrer a processos mentais. Ela só será desfeita posteriormente por Wittgenstein ao eliminar a ilusão gramatical que opõe interior/exterior e, realizando, assim, não uma despseudologização da lógica apenas, mas uma efetiva despseudologização da psicologia, a partir da destruição da metafísica da lógica. Convertendo a gramática em logot-terapia.

<sup>3</sup> RUSSELL, B. Auto-observação. In: *Delineamentos do filosofar*. Trad. de Brenno Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 188.

<sup>4</sup> FAL, p. 141.

Mas então de onde poderia partir a análise lógica se não se trata aqui do mesmo tema da análise física? Russell partirá, como Descartes, daquilo que está vagamente presente aos nossos sentidos. A princípio ele considera, em linhas gerais, o método cartesiano como correto, exceto a presunção de segurança absoluta do saber, pois decididamente não há método que nos preserve ou nos salvguarde da possibilidade de errar. Ele afirma: "Não pretendo partir de questões precisas. Não creio que seja possível tomar algo preciso como ponto de partida" (FAL, p. 152). Eliminada a presunção de certeza absoluta, o método cartesiano pode ser um bom ponto de partida à medida que "possamos duvidar das coisas e reter algo que nos resulte indubitável em virtude de nossa própria segurança de não sermos induzidos ao erro".<sup>5</sup> Ou seja, Russell, como Kant e Heidegger, assume os limites da nossa condição de conhecer o mundo. O seu acesso ao mundo, como Descartes, será feito pelos vagos e inconstantes dados dos sentidos. Para ele, tais dados, ainda que vagos, são incontestáveis. Com exceção de meia dúzia de filósofos, a grande maioria dos homens tem esses dados dos sentidos (interno e externo) como incontestáveis. Russell, porém, se apressa em distinguir "incontestável" e "verdadeiro". Aqui novamente está o "certo psicologismo" que não se pode evitar, pois "quando digo que algo é 'incontestável', quero dizer que se trata de algo que a ninguém lhe ocorreria duvidar; mas não se segue daí que seja verdadeiro, se bem que se segue que todos coincidiremos em acreditá-lo verdadeiro – isso é tudo acerca da verdade a que podemos chegar" (FAL, p. 141). Ao contrário de Descartes, Russell conectará a verdade às nossas crenças, mas não a uma certeza indubitável. Como pode-se operar com essas crenças indubitáveis, que são tão óbvias que parece que estamos apenas brincando? Russell, neste ponto, recorre à noção de "filosofia", deixando de lado a de "lógica", pois, embora esta esteja contagiada de um certo psicologismo (crenças → dados), ela tem um rigor que a filosofia não tem; no entanto, a falta de rigor da filosofia é compensada à medida que só ela constitui o portal de entrada da análise. Sem a filosofia não se teria acesso ao material de que se ocupará a análise lógica. Em outras palavras, a filosofia é o talento em se lidar com um material de trabalho sem o qual a análise lógica andaria às cegas. Segundo Russell, é apenas a perícia ou a habilidade filosófica que pode selecionar dados que se tornem capazes de alimentar a reflexão e a análise. É a partir desta habilidade que os dados tornar-se-ão acessíveis. A filosofia, para Russell, teria de ser cúmplice das ciências naturais, pois a filosofia, a seu modo, aporta um certo conhecimento sobre o mundo objetivo, mesmo que seu material seja o mais simples. É importante destacar que, ao menos neste artigo, Russell não identifica a filosofia com a ciência. A filosofia tem, como ponto de partida, a habilidade de lidar com um material que é, originariamente, pré-científico. A filosofia é a habilidade em selecionar os dados para a análise. Porém, este ponto de partida pré-científico não pode conduzir a erros grosseiros ou para-

---

<sup>5</sup> FAL, p. 143.

doxos, pois, ao contrário de muitas teorias científicas e filosóficas, e “na medida do possível”, trata-se de partir de

verdades acintosamente evidentes. Minha aspiração e meu desejo seriam que as coisas de que parto lhes pareçam tão óbvias soe estranho a vocês que perca meu tempo em mencioná-las. Não pretendo outra coisa, posto que a filosofia não tem objeto senão partir de algo tão simples que não pareça digno de menção, para concluir em algo tão paradoxal que não tenha quem lhe queira prestar crédito.<sup>6</sup>

A filosofia não fica, porém, restrita a este “ponta pé inicial”. O avanço da análise lógica vai progressivamente mudando, aperfeiçoando e afinando o estatuto da filosofia, qual seja, o conhecimento por familiaridade. Feito este “esclarecimento”, Russell passa então a falar de “verdade incontestável”. Pensamos que, deste modo, pretende preservar a mistura de subjetividade e objetividade das nossas “crenças óbvias”. E a primeira verdade incontestável, que, aliás, se assemelha ao ponto de partida do TLP, é uma obviedade, aceita por todos, de que o “mundo contém fatos” (FAL, p. 144). Com isso, Russell mantém-se dentro da filosofia do sujeito, mesmo recorrendo agora à terminologia “enunciado-fato”, pois os fatos do mundo objetivos (“que são o que são independente do que pensamos acerca deles”) e as crenças (subjetivas) que se referem a esses fatos e que, portanto, podem ser verdadeiras ou falsas. É importante destacar que Russell, como Frege e Wittgenstein, assumirá a posição de que um nome sozinho não significa nada e, portanto, que apenas fazendo parte de um enunciado ele poderá ter sentido, podendo, então, ser verdadeiro ou falso. Por exemplo, o nome “Sócrates”, como, aliás, qualquer coisa particular, não determina a verdade ou falsidade de algum enunciado, mas já as proposições “Sócrates está morto” e “Sócrates está vivo” são enunciados sobre Sócrates, sendo uma verdadeira e outra falsa. Ou seja, nomes soltos ou solitários, independentes de algum contexto, não se referem a fatos. Do mesmo modo, tampouco as coisas isoladas seriam fatos, mas apenas as que têm relações com outras coisas (FAL, p. 145). Ainda que existam ocorrências mentais, Russell, chama de “fatos” eventos do mundo exterior, “o único mundo que nosso conhecimento aspira a conhecer”. Este mundo é superabundante. O mundo está cheio de fatos. Uma tal prolixidade de fatos leva a fazer-se distinções fundamentais, por exemplo, entre *fatos particulares*, como “Isto é branco”, e *fatos gerais*, como “Todos os homens são mortais”. Esta distinção é relevante, pois seria um erro acreditar que se pudesse descrever exaustivamente o mundo a partir da abundância de fatos particulares, sem perder-se no meio deles; daí a necessidade dos fatos gerais. Com isso, uma descrição exaustiva do mundo teria de contar com ambos. Há também fatos ainda mais gerais, como as proposições da lógica, que não designam ou mencionam nada, como: “Se uma classe forma parte de outra, um termo que seja membro da primeira também será membro da segunda”. Estas palavras não se referem a nada que não seja à sintaxe lógica. Russell, reconhece a dificuldade em provar o estatuto destas proposições analíticas e, que, elas estão longe

<sup>6</sup> FAL, p. 155.

de ser evidentes por si. Ele deixa esta dificuldade em aberto e passa para outra distinção, qual seja, a de fatos que se vinculam à propriedade de coisas singulares e fatos que se vinculam a relações entre duas, três ou mais coisas. De qualquer modo, um problema geral se apresenta. Uma proposição pode ser verdadeira ou falsa, mas não se pode dividir os fatos entre verdadeiros ou falsos. "Um fato não pode ser nem verdadeiro nem falso". Na linguagem da metafísica clássica: qual é o estatuto do não-ser? Ou melhor ainda: qual a relação entre a negação e o não-ser? Que estatuto teria a relação entre a falsidade de uma proposição e o pseudo-fato? Como se pode descrever o que não existe? Como se compreende proposições que não correspondem a fatos? Vimos que as proposições lógicas não se referem a nada, mas isso não quer dizer que sejam da mesma natureza das proposições que, ainda que possam ser compreendidas, não nomeiam nada no mundo objetivo. Essa dificuldade tampouco é enfrentada convincentemente por Russell, ou seja, embora ele esteja convencido de inaugurar uma nova lógica capaz de rejeitar a metafísica, a questão epistemológica da realidade o coloca no mesmo problema que provém de Parmênides: como dar conta do que não é o caso? No entanto, esta dificuldade passa a ser colocada em termos lingüísticos. A "proposição" difere dos meros fatos, é um símbolo, composto de outros símbolos, as palavras. Afirma ele então:

Isto nos introduz no problema dos enunciados, proposições ou juízos, coisas todas que aí sim cabe a dualidade de verdade e falsidade. Desde o ponto de vista da lógica, ainda que não, no meu modo de ver, desde a teoria do conhecimento, resulta natural concentrar nossa atenção na proposição como veículo específico da verdade ou falsidade. Uma proposição, pode-se dizer, é uma sentença no modo indicativo, uma sentença que enuncia algo, que não interroga, impera ou opta (FAL, p. 147).

Russell entende que a noção de símbolo é, no âmbito filosófico, muito pouco considerada e entendida, e que isto leva a constantes contra-sensos como os que rondam as noções de existência ou realidade. Ele também tratou deste tema na sua teoria das descrições definidas, mas, agora, tenta, com uma pitada de humor, definir o que entende por "símbolo", e constata que continua sendo um assunto tão árduo, que qualquer bom filósofo que o leva a sério (muito poucos, pelo jeito) só consegue se deter nele durante "um minuto a cada seis meses". Adverte que não se trata apenas do simbolismo matemático. Afirma então que, basicamente, um "símbolo" é "algo que significa outro algo"; no entanto, confessa-se incapacitado em definir o que possa ser "significado". E aqui se está outra vez às voltas

<sup>7</sup> A dificuldade, aliás, se estende para a noção de proposição, pois, se só os fatos são reais, qual o estatuto das proposições? No contexto em que tenta defender a noção de "fatos negativos", Russell vê-se obrigado a afirmar que: "É evidente que as proposições não são o que poderíamos chamar 'reais'. Se vocês estivessem fazendo um inventário do universo, as proposições não entrariam nele. Entrariam os fatos, as crenças, os desejos, as volições, mas as proposições não entrariam. Estas últimas não gozam de entidade autônoma, pelo que aquela incompatibilidade entre proposições, que acima se tomava como se fosse um fato básico do mundo real, demandará um tratamento complicado e de uma série de manipulações antes que possamos aceitá-la como tal" (FAL, p. 178). Por is-

com o psicologismo, pois não há uma teoria puramente lógica do significado. Desse modo, tampouco há uma teoria lógica que explique o simbolismo. A lógica tem de apelar para alguma teoria do conhecimento. A partir desta posição, Russell supõe ser possível dar conta do significado da palavra "significado". Isto será relevante para ir-se situando a problemática dos nomes próprios. Dá então um exemplo dos diversos sentidos da palavra "significado". A sentença "Sócrates é mortal" significa um determinado fato, mas os componentes desta sentença como a palavra "Sócrates" denota apenas um indivíduo determinado e a palavra "mortal", por sua vez, denota uma determinada qualidade. E, como se vê, os três casos de significado são inteiramente distintos. Russell chama a atenção para que não se caia no erro de que a palavra "significado" tenha apenas um significado, ou seja, de que "haja apenas um tipo de relação de símbolo e simbolizado". Com isso, avança-se num importante esclarecimento, qual seja, "um nome seria o símbolo apropriado para usá-lo como destinado a uma pessoa; uma sentença (ou uma proposição) é o símbolo apropriado para nos referirmos a um fato" (FAL, p. 148, 149). Russell mesmo confundia-se sobre este assunto achando, erroneamente, que as proposições seriam nomes de fatos e reconhecendo que foi seu antigo discípulo Wittgenstein que lhe chamou a atenção para a diferença fundamental entre nome e proposição. Passa, então, a empregá-la como uma posição central da sua metafísica realista do atomismo lógico: "admitiremos a seguir que no mundo se dá uma complexidade objetiva, da qual a complexidade das proposições constitui um reflexo" (FAL, p. 159). Um nome, porém, não reflete nada. Um nome jamais corresponde a um fato. "Não se pode a rigor nomear um fato". Apenas uma proposição pode corresponder a um fato; verdadeira, se for o caso; falsa, se não for o caso. Não há novidades aqui, pois isso já se encontrava em Frege, para não falar de Aristóteles. Russell faz então uma distinção lógica para destacar como esses símbolos bem distintos. Uma proposição é um símbolo que corresponde a fatos tendo relações lógicas entre os dois extremos verdadeiro ou falso, enquanto que a um "nome só cabe uma relação possível com o que denomina. A característica de um nome está exatamente em nomear um particular; se não o faz, não se tratará de modo algum de um nome: será um mero som" (FAL, p. 149). Portanto, um nome não nomeia nada no mundo objetivo. Do mesmo modo, um nome próprio é apenas uma ficção lógica, como veremos.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, passa-se para a segunda parte da exposição: "Particulares, predicados e relações". Poder-se-á, com ela, esclarecer o modo como Russell tratava a natureza da relação entre nomes e particulares. Como vimos, a proposta do atomismo lógico estriba-se no método analítico, afastando-se, então, tudo o que é complexo, ou melhor, reduzindo o complexo ao simples. Assim sendo, procura-se desfazer as entidades lógicas complexas em entidades lógicas mais simples, assim como os químicos decompõem as complexas moléculas de compostos orgânicos nos seus átomos constituintes. Mais uma vez,

---

so, Wittgenstein considerou estes dilemas como originados na concepção agostiniana da linguagem, e passou, então, a tratar da linguagem como práxis.

Russell aproveita para distinguir sua filosofia do "monismo", comparando os "particulares" com a antiga noção de "substância". Certamente, não se trata da "substância-sujeito" hegeliana. Ele entende os "particulares", como a "substância", como entidades auto-subsistentes, isto é, de que cada particular é independente de qualquer outro particular e retém em si mesmo a sua possibilidade de existência. Apenas isso é o que os faz comparáveis à substância, pois, ao contrário desta, como vimos, um particular existe num lapso muito estreito de tempo e de espaço. Desse modo, Russell pretende colocar-se em oposição frontal a uma outra "teoria lógica" de cunho universalizante, segundo a qual, ao compreender-se uma coisa qualquer se compreende tudo ("O verdadeiro é o todo" – Hegel). Ao contrário dela, o único conhecimento seguro, seu ponto de partida, é o "conhecimento de um particular", conhecimento direto e imediato da proposição na qual se menciona este particular. Russell, mantendo-se no modelo objeto-designação, entende a linguagem como expressão de um processo mental, irá então distinguir entre compreender uma coisa particular e compreender um predicado, isto é, entre o plano da linguagem e o da realidade. Mais uma vez irá rejeitar o emprego "errôneo" de sentenças como "compreensão do universo", etc. É importante notar que esta expressão tem uso nas ciências como a física nuclear ou a astronomia. Russell, porém, entende que não se sabe o que vem a ser a palavra "universo". Embora também se empregue esta palavra na linguagem ordinária, como vimos e ainda veremos, "Não compreendo este assunto", ou "João recusa-se a compreender Maria", ou "Compreende-se sua vergonha", etc. Pois bem, Russell considera que tais usos podem ser errôneos, se não se reduz esta palavra ao seu sentido estrito e que, neste caso, compreender-se algo é sempre compreender um símbolo e "compreender um símbolo é conhecer aquilo a que este se refere" (FAL, p. 167). Sem questionar as dificuldades desta posição ele distingue entre particulares e predicados, acrescentando ainda a noção de relação. Predicados envolvem processos mentais, enquanto nomes são conhecimentos (mentais) diretos. "A compreensão de um predicado é algo totalmente diferente da compreensão de um nome. Chamo predicado, como vocês sabem, a palavra que se usa para designar uma qualidade como vermelho, branco, quadrado ou redondo. A compreensão de uma palavra deste gênero faz entrar em jogo um ato mental de tipo diferente ao que intervem na compreensão de um nome. Para compreender um nome vocês têm que conhecer diretamente o particular que este nomeia assim como saber que tal nome é o nome daquele particular. Isto é, não há nada aqui que sugira a forma de uma proposição coisa que, em troca, ocorre com a compreensão de um predicado" (FAL, p. 168). E Russell conclui que um predicado só numa proposição tem seu significado compreendido; "vermelho" ou "quadrado" não querem dizer nada, mas sim "Isto é vermelho", ou "A sala é quadrada", etc. Podem ocorrer casos em que parece que o predicado se torna sujeito, como <<"Vermelho" é um predicado>>, mas "vermelho" está entre aspas porque está se referindo à palavra "vermelho". De qualquer modo, isto basta para mostrar que a compreensão de um predicado é mais complicada que a compreensão de um nome. Este é, aliás, também o caso das relações do tipo "anterior a", "x é anterior a y", que também são mais com-

plexas do que os nomes. Tais relações nunca são sujeitos lógicos e, portanto, devem ser entendidas como relações. E a compreensão de uma relação do tipo "x é maior que y" também envolve um processo mental distinto da apreensão direta. A esta altura Russell concebe o significado das palavras pelo seu uso, mas vincula-os à noção de "tipos lógicos": "Os diferentes gêneros de palavras apresentam, de fato, usos de gênero diferente, deve-se esforçar em preservar o seu uso correto, evitando o incorreto. Como se verá, são as falácias que surgem do emprego inadequado dos símbolos as que conduzem às contradições relativas aos *tipos*" (FAL, p. 169). Os argumentos de Russell sobre a teoria dos tipos, na FAL, partem de uma comparação com o mundo subjetivo, mundo este injustamente desconsiderado pelo, nas suas palavras, "reino de terror" do mundo físico. Mas, assim como existem "tipos físicos", como copos, mesas, estrelas, também existem "tipos mentais" como imagens e fantasmas. Estes não têm menos propriedades do que as do mundo físico. Por isto, a atitude fiscalista é "indigna de um filósofo". Obviamente, existem ilusões mentalistas. E assim como existem esses processos mentais enganosos, também existem "ficções lógicas", que precisam ser desfeitas pela teoria dos tipos. Com ela, Russell, pretende mostrar não a falsidade, mas o contra-senso de paradoxos originados na metafísica. A teoria dos tipos foi forjada para mostrar o contra-senso de paradoxos que envolvem a contraposição entre os universais e os particulares, como os paradoxos das classes e do mentiroso. Resumidamente, o paradoxo das classes diz respeito a se, por exemplo, a classe dos besouros é ou não membro da sua própria classe. Se esta classe é ou não membro de si mesma, leva ao paradoxo de como uma classe pode ser membro de si mesma, sem deixar de ser classe. O paradoxo do mentiroso se encontra na afirmação do cretense Epimênides: "Todos os cretenses são mentirosos". Se a afirmação é verdadeira, então há uma contradição flagrante, caso for falsa, a contradição não é menos flagrante. Para Russell, não há solução para este paradoxo, pois ele surge da incompreensão de que são tipos diferentes, então o paradoxo é desfeito. O paradoxo surge da velha metafísica que tratava simultaneamente da oposição entre particulares e universais, isto é, a afirmação de um homem particular era pensada junto com um universal "todos", como a classe de todos os besouros é pensada como mais um membro particular de si mesma. Mas, particulares e universais são tipos distintos. Ora, esta ilusão é da mesma natureza que não reconhece que há "tipos exteriores" (corpos, cadeiras) e "tipos interiores" (imagens, fantasmas). Mas, para Russell, a rigor, os únicos particulares são os "particulares egocêntricos" mas, como tais, fazem ainda parte da metafísica que concebeu o interior a partir do modelo objeto designação. Russell dá um passo importante ao mostrar que os paradoxos não podem ser resolvidos dentro das concepções errôneas de onde surgiram, mas acaba dando uma resposta teórica para o que, segundo Wittgenstein, é apenas uma ilusão sobre a práxis da linguagem. Os "universais" não são objetos de nenhuma teoria, pois, como os particulares, são ilusões gramaticais que surgem da própria linguagem. As teorias surgem da "nossa ânsia de generalidade". Uma abordagem sucinta, mas clara da teoria dos tipos, no contexto dos fundamentos da matemática, está numa advertência de Ray Monk:

Enquanto Russell se debatia com essas questões (isto é, antes que o seu sonho pitagórico das "verdades da matemática" se tornasse um pesadelo), entrou em um programa para expurgar sua ontologia de modo radical, concluindo, mais uma vez, que aquilo que ele tinha pensado serem "coisas", eram, de fato, apenas palavras ou símbolos, nada significando. Em primeiro lugar, as classes (e, portanto, os números), e depois das descrições definidas, e, mais tarde, as próprias proposições são por Russell declaradas "símbolos incompletos". A pressuposição que guiava esse expurgo era a de que se um símbolo fosse completo – isto é, significativo – haveria um objeto a ele correspondente. A pedra de toque dessa maneira de pensar sobre as classes, devemos lembrar, era a de que cada função proposicional correspondia a uma classe. Russell submetia agora essa pressuposição a um exame rigoroso, colocando limites mais e mais estritos sobre o que deveria contar como significativo à luz da sua concepção cada vez mais não-pitagórica sobre os tipos de coisas que existem. As primeiras a partirem foram as classes. Não existem tais coisas e, portanto, a questão sobre uma classe pertencer ou não a si mesma não se coloca: esta questão é destituída de significado. Mas, se as classes não existem, sobre o que repousam agora os fundamentos da matemática? A resposta provisória de Russell era a seguinte: funções proposicionais. Assim como todo enunciado sobre números pode ser analisado como um enunciado sobre classes, todo enunciado sobre classes pode ser analisado como um enunciado sobre funções proposicionais.<sup>8</sup>

A rejeição da metafísica tradicional, porém, é feita desajeitadamente à medida que mantém a noção que a compreensão é um processo mental. No entanto, mesmo preservando esta posição, Russell pretende haver superado a filosofia tradicional, mostrando que esta não pode, por exemplo, dar conta das relações assimétricas, como: "A é maior que B". Ela é totalmente diferente da relação diádica em que "A tem uma exata semelhança de cor com B, e B com C, então A tem uma exata semelhança de cor com C; e se A a tem com B, B a tem com A". A relação aqui é simétrica como "Se A tem cor diferente de B, então B tem cor diferente de A". No caso, porém da relação assimétrica de "A é maior que B", A e B não possuem um predicado comum, pois se requereria também que B fosse maior que A. Na relação simétrica tem-se o caso em que se dá a identidade ou diferença de predicado; mas no caso das relações assimétricas não se tem esta possibilidade. Esta impossibilidade se deve à estreiteza da filosofia tradicional e a sua concepção de proposição que descansa no preconceito que, basicamente, é da forma sujeito-predicado, o que "está muito longe de ocorrer". Esta concepção

<sup>8</sup> Bertrand Russell – *Matemática: sonhos e pesadelos*. Tradução de Luiz Henrique Dutra. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 36 e 37. Esta é a posição de Russell, no período do Atomismo Lógico. Embora, nesta obra, os únicos símbolos efetivamente completos sejam os "particulares egocêntricos". No entanto, como chamou a atenção Monk, eles serão desfeitos a partir da estratégia antiontológica das funções proposicionais, e passarão a ser "analisáveis" em suas partes constituintes ("A porta é vermelha", "X é o atual rei da França", etc.). Além disso, com os particulares egocêntricos, Russell todavia mantém-se explicitamente no monocentrismo da metafísica subjetivista. Para maiores detalhes sobre a teoria dos tipos ver ainda: AYER, A. J. *As idéias de Bertrand Russell*. São Paulo: Cultrix/USP, 1974; MEYER, Michel. *Lógica, linguagem e argumentação*. Lisboa: Teorema; MARGUTTI PINTO, P. R. *Iniciação ao silêncio*. São Paulo: Loyola, 1998; WEISS, Paul. The theory of types. In: *Bertrand Russell – critical assessments*. London: Routledge, 1999, v. 2, p. 67 a 77, QUINE, W. V. On the theory of types. *Op. cit.*, 1999, p. 78 a 95.

exercer uma tirania sobre extensas áreas da metafísica, desde a velha concepção de substância até o saber absoluto. Esta concepção errônea da proposição influenciou de modo decisivo a história da filosofia (FAL, p. 170).

É interessante de notar que a doutrina de Russell pretende partir do mais simples, mas ele viu-se obrigado a afastar-se da simplicidade dos nomes à medida que estes são incapazes de dar conta do mundo objetivo, tendo então de recorrer a entidades lingüísticas complexas e, portanto, compostas de várias palavras, as proposições, para descrever os fatos do mundo. Ora, o mundo parece cheio deles, pois, segundo Russell, até mesmo o "conhecimento por familiaridade", constituído com objetos da vida ordinária como mesas, cadeiras, pães, peixes, pessoas, principados, etc. não é feito de coisas simples, pois, ao contrário, "dão a impressão" de serem entidades complexas. Ou seja, aquilo que lhe era "familiar" e simples, agora é visto de outro modo. Um outro exemplo de entidades logicamente complexas são os nomes próprios, como "Sócrates", "Picadilly", "Romênia", "Dia dos Reis", etc., Mas, para Russell, elas são "aparentemente" entidades complexas. O atomismo lógico, para levar adiante seu princípio, terá então de provar que elas são apenas ficções lógicas. Só as proposições podem corresponder a fatos. Os nomes nada nomeiam, os nomes próprios tampouco dizem respeito a fatos. Qual é então a estratégia de Russell para assegurar isso? Qual é a relação entre os nomes próprios e os particulares? O que são "particulares"? Acompanhem, antes, os esclarecimentos preliminares de Russell sobre este assunto, pois o que poderia ser mais logicamente atômico do que os "particulares"? Mas, como veremos, este é mais um problema espinhoso com o qual Russell se verá envolvido. A proximidade entre a concepção do atomismo lógico e os particulares pode ser encontrado na definição, em que ele permanece atrelado à relação entre a experiência do sujeito e o mundo exterior:

Dentre os objetos que vocês têm de tomar em consideração num inventário do mundo, os particulares ostentam a peculiaridade de dar-se cada um deles com inteira independência dos demais e subsistir exclusivamente por si mesmos. Um particular possui a auto-subsistência que tradicionalmente caracterizava a substância, com a única ressalva de não persistir habitualmente mais que em brevíssimo espaço de tempo, exatamente o que dura nossa experiência. Isto é, nenhum dos particulares que se dão no mundo não depende, de nenhum modo, de outro particular. Poderia suceder que qualquer um deles constituísse a totalidade de universo. Não há razão nenhuma que não pudesse dar-se um universo que constasse de um único particular e nada mais. Esta é uma peculiaridade dos particulares. Do mesmo modo, o único requisito para se compreender o nome de um particular é o conhecimento direto deste último. Tão logo que se conheça diretamente tal particular, terão vocês uma suficiente, adequada e completa compreensão daquele nome, e não se precisará mais informação a este respeito. Uma informação mais ampla, relativa a fatos que sejam verdadeiros de nosso particular, não lhes facilitará, em nenhum caso, uma maior compreensão do significado do nome em questão.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> FAL, p. 164.

Esse conhecimento direto dispensa a proposição e a conhecida afirmação de Frege de que um nome só tem significado no contexto de uma proposição. O particular, tal como dá a entender Russell, seria mais bem um "singular", pelo seu caráter absolutamente inconfundível no tempo e no espaço. E mais, que objeto poderia ser reconhecido de modo imediato, sem que estivesse em relação com outros objetos? E quando se trata de nomes próprios de pessoas como "Júlio Verne" ou "Aristóteles", como sustentar o princípio do atomismo lógico ou o princípio da auto-subsistência de cada nome próprio particular com respeito a outro? Como se poderia aplicar, nestes casos, o conhecimento imediato, visto que nenhum dos dois autores existe? Para tentar responder a estas questões, voltemos ao modo como Russell situa a problemática dos nomes próprios, na parte em que, ao contrário do que afirmara, reconhece agora que a prioridade dada à investigação a respeito dos átomos que compõem as estruturas lógicas, cede lugar a novas dificuldades, que o levaram, como vimos, a afirmar "não pretendo partir de questões precisas. Não creio que seja possível tomar algo preciso como ponto de partida". As dificuldades se encontram em duas questões: 1) As coisas que aparentam ser entidades complexas, são realmente complexas? E 2) São realmente entidades? (FAL, p. 152). Este "parece" ser o caso dos nomes próprios. Para Russell, porém, elas apenas "parecem" ser entidades complexas porque, desde logo, ele não considera verossímil que os nomes próprios sejam deste tipo. Ao contrário, ao invés de terem, como na filosofia do monismo, um estatuto metafísico, eles apenas "parecem" ter este estatuto, pois os nomes próprios são apenas "ficções lógicas". É este, por exemplo, o caso do nome próprio "Picadilly". Quando se trata de um nome próprio como este pode-se com ele, por exemplo, forjar enunciados como "Picadilly é uma rua simpática" ou "Picadilly é uma rua pequena", ou "Picadilly desemboca na Regent Street", etc. mas, então, isto quer dizer que há muitos modos de descrever ou falar de "Picadilly", ou melhor, este termo denota muitas coisas e tal excesso vai contra a "navalha de Ockham" do atomismo lógico, que procura alcançar os objetos ou fatos mais simples. Com este nome próprio não se encontrará "um" fato correspondente ao seu enunciado. *Ao contrário, o termo "Picadilly" forma parte de "inúmeras proposições dotadas de significação, mas os fatos correspondentes a tais proposições não têm um elemento constitutivo singular, nem simples nem complexo, que corresponda ao termo "Picadilly"* (FAL, p. 153). Como dar conta desta dificuldade? Foi para preservar o núcleo da sua doutrina metafísica do atomismo lógico, que, a Russell, não restou outra alternativa senão mostrar que os nomes próprios são "ficções lógicas". Por ora, convém destacar que, para Russell, o que caracteriza um nome é, basicamente, nomear um particular. Deste modo, palavras como "rua", "sapato", "automóvel", "dor", etc., que podem ser empregadas nos mais diversos contextos, e, então, não nomeariam particulares. As únicas palavras que efetivamente nomeiam particulares são os nomes que se referem imediatamente a coisas simples.<sup>10</sup> Ele os define então:

<sup>10</sup> Aqui há proximidade com Frege na noção de "nomes próprios" e sua referência singular, embora, para Frege, nunca conseguiremos dizer "imediatamente" se o sentido de um nome próprio corres-

Nomes próprios = palavras que se referem a particulares. Df.

Mas então palavras como "Sócrates", "Platão" ou "Paixão Cortes" não seriam nomes próprios, pois os primeiros se quer existem e no caso de "Paixão Cortes", pode-se descrevê-lo como "Aquele que reinventou o folclore gaúcho" ou "Aquele que escreveu sobre música folclórica", ou "Aquele que serviu de modelo para a estátua 'o Gaúcho'", etc. Ou seja, estes nomes dos quais se podem fazer várias descrições não se referem diretamente a um objeto ou pessoa particular e, portanto, estariam fora da definição acima. O que poderia, então, se referir a um objeto particular no espaço e no tempo? A resposta de Russell: são as palavras (dêiticos) "isto" ou "aquilo". Portanto, quando se diz "Isto é branco", a palavra "isto" só será um nome próprio no caso de aquele que faz a afirmação estiver estritamente referindo-se a um objeto imediatamente presente aos seus sentidos.<sup>11</sup> Mesmo aqui vê-se que os nomes próprios, nomeando particulares, dependem de um conhecimento direto de seus objetos "aqui e agora". Ora, o que está mais próximo desse conhecimento senão os particulares tal como deles se tem acesso direto na mente, aqueles que são mais reconhecidamente familiares? Não há comunicação entre as mentes, apenas aquele que os conhece tem, em sua própria mente, acesso direto a eles. A noção de "processo mental" seria problemática à medida que introduz a noção de mediação. De qualquer modo, o que é mais familiar, o que tem acesso cognitivo direto só podem ser os "particulares egocêntricos". No entanto, precisamente por serem "particulares" eles não descrevem nada no mundo, seja mental, seja físico. E, por isso, Russell tentará provar que eles são ficções lógicas. Aqui se encontra seu esforço de varrer a ontologia... para debaixo do tapete. Retomemos sua tematização dos "particulares egocêntricos", pois, aparentemente, eles seriam os mais efetivos "nomes próprios" por se referirem imediatamente a um particular, por um reconhecimento mental imediato. Ora, Russell mostrará que as palavras egocêntricas, como "isto", "eu", etc., são desnecessárias para descrições completas do mundo. A palavra "isto" tem uma especial relevância, pois todas as palavras egocêntricas podem ser definidas em seus termos. Por exemplo, "eu" significa "A biografia a que isto pertence", "aqui" significa "O lugar disto", "agora" significa "O tempo disto", etc. A palavra "isto" pode ser empregada designando eventos externos e internos, como "isto é uma cadeira" ou, por auto-observação, "isto é a imagem de cadeira", ou "isto é um gato" e "isto é um percepto-gato", etc. Estes exemplos estão longe de confirmar a imediatez dos nomes próprios. A questão, porém, é saber se o nome próprio "isto" é necessário para descrever o mundo e, para Russell, ela não é necessária, pois, pode ser dissolvida nos termos de descrições definidas, logo "podemos substituir todo o enunciado que contenha 'isto' por 'o que agora sinto', e todo o enunciado que contenha 'eu-

---

ponde a tal ou qual referência. Ver: Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix-USP, 1978, p. 63.

<sup>11</sup> "Não há razão alguma para que não pudesse dar-se um universo que constasse de um único particular e nada mais. Esta é a peculiaridade dos particulares. Do mesmo modo, o único que se requer para compreender o nome de um particular é o conhecimento direto deste último" (FAL, p. 164).

agora' por 'o que está co-presente com isto'". E Russell, com estas substituições, conclui: "isto resolve o problema dos particulares egocêntricos e mostra não serem necessários em qualquer parte da descrição do mundo, seja físico ou psicológico".<sup>12</sup> Resumindo:

- a) nomes próprios, efetivamente, são aqueles que se referem aos particulares. Sendo assim, os nomes que se referem imediatamente aos particulares seriam os particulares egocêntricos, mas estes, por sua vez, são mostrados como ficções lógicas, e, então, não seriam fatos do mundo; a pedra angular da metafísica do atomismo lógico é uma ficção lógica, os mais simples, os alicerces do mundo, não podem ser descritos. Tal como as proposições, tampouco fazem parte do mundo; isto é, a proposição espelha o mundo, mas não se encontra nele;
- b) para eliminar a ontologia que subjaz na concepção que associa nome-objeto, Russell recorre às descrições definidas;
- c) o significado de fatos ou pessoas como "Picadilly", "Paixão Cortes", etc., passa a ser dado por descrições definidas;
- d) aqui é preciso um esclarecimento. O atomismo lógico, que assume o jovem Wittgenstein, parte da concepção que um nome se relaciona imediatamente com um objeto, mas nada tem a ver com concepção das "descrições definidas". Portanto, a tarefa posterior de Wittgenstein, nas PU, consistirá em afastar-se, simultaneamente, desse duplo caminho aberto por Russell, isto é, da noção de nome-objeto incorporada no TLP, bem como da tentativa da sua eliminação a partir da noção de "descrições definidas".

O filósofo dos paradoxos é paradoxal. Na *Filosofia do Atomismo Lógico*, defende-se a ontologia do simples, mas também esboça-se os primeiros passos para eliminá-la. A problemática dos "nomes próprios" passa a fazer parte do esforço para eliminar o essencialismo. Este é também o projeto de Wittgenstein. Mas, para realizá-lo, teria ele, simplesmente, reassumido a concepção russelliana das "descrições definidas", como dão a entender as seções das PU que tratam deste tema? É o que veremos logo adiante. No entanto, para mais bem situar a autocrítica de Wittgenstein aos seus primeiros compromissos com o atomismo lógico, voltemos, brevemente, ao TLP.

### **Tractatus Logico-Philosophicus (TLP)**

Wittgenstein e Russell, em certo momento das suas filosofias, compartilharam de uma posição comum: nomes simples vinculam-se diretamente a objetos simples. Embora o jovem Wittgenstein evite o termo "nome próprio", assume uma posição semelhante a de seu mestre na doutrina do atomismo lógico. E o básico nela é que, logicamente, os nomes se vinculam a particulares, como vimos. Mas, se isto

<sup>12</sup> Ver: RUSSELL, B. Particulares egocêntricos. In: *Significado e verdade*. Trad. Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 98-104.

é correto, também o é a conhecida posição wittgensteiniana de que um nome só pode ser compreendido no contexto de uma proposição, ou seja, embora os nomes sejam sinais simples, por si só, eles não têm referência. Russell, porém, trata os nomes próprios no contexto epistemológico de uma familiaridade concebida monocentricamente que culmina no solipsismo da mente que conhece por familiaridade, enquanto Wittgenstein parte de um contexto puramente lógico; embora, para preservar-se a unidade das sentenças, em que ocorrem os nomes, acaba-se recorrendo a um sujeito metafísico, também solipsisticamente concebido. Herança de Russell e de Schopenhauer. De qualquer modo, há algo em comum a todos eles, a "imagem agostiniana da linguagem". No caso de Wittgenstein, a concepção figurativa da proposição. As diferenças entre essas posições são pensadas a partir dessa mesma ilusão gramatical, mesmo que tal diferença não seja desprezível, pois a tese do isolamento de cada nome/objeto seja substituída pela tese do contexto, como se encontra nas seções:

O estado de coisas (*Sachverhalt*) é uma ligação de objetos (objetos, coisas). TLP 2.01

A coisa é autopermanente (*selbständig*), no caso em que pode aparecer em todas as situações possíveis, mas essa forma de autopermanência é uma forma de vínculo com o estado de coisas (*Sachverhalt*), uma forma que não pode ser autopermanente. (É impossível que as palavras se apresentem de dois modos diferentes, sozinhas e na proposição). TLP 2.0122

Apenas a proposição tem sentido (*Sinn*); só no contexto da proposição tem um nome significado (*Bedeutung*). TLP 3.3

E, assim, afasta-se da concepção russeliana de que os nomes próprios estão diretamente ligados a seus respectivos objetos e que são particulares auto-subsistentes. No entanto, resta explicitar ainda o que vem a ser um nome. Em 3.26 afirma-se que um nome é um signo primitivo. No entanto, estes signos primitivos por si sós são vazios. Quando se diz, porém, que ambos filósofos compartilham o modelo agostiniano da linguagem é porque para eles um nome corresponde sempre a um e apenas um objeto. Neste modelo foi concebida a teoria figurativa da proposição, isto é, de que a proposição é uma afiguração da realidade. E ela representa, se for verdadeira, exatamente o estado de coisas. Não são os particulares, mas é agora a proposição que "é completamente analisada" (TLP 3.201).

O nome significa (*bedeutet*) o objeto. O objeto é seu significado (*Bedeutung*). ("A" é o mesmo sinal que "A"). TLP 3.203

A configuração dos sinais simples no signo proposicional corresponde à configuração dos objetos no estado de coisas (*Sachlage*). TLP 3.21. Etc.

Nomes só têm sentido no contexto da proposição, desde que representem um e apenas um objeto no estado de coisas que é figurado pela proposição. Ou seja, nomes representam objetos na medida que, no contexto em que a proposição representa, se for verdadeira, um determinado estado de coisas. O princípio russelliano da independência dos nomes particulares torna-se então no princípio wittgensteiniano da independência das proposições elementares, que são também

não analisáveis, o que mostra a característica comum a ambos autores – a doutrina do atomismo lógico. Wittgenstein, porém, afasta-se de Russell (e Frege) à medida que não dá exemplos de nomes e de seus objetos correspondentes. Para Frege, um nome pode ter sentido (por ex., Minotauro), mas que não ter referência. Hintikka assume a tese de que os objetos no *Tractatus* são semelhantes aos objetos do conhecimento por familiaridade como mesas, cadeiras, cadernos, cachorros, etc., mas Wittgenstein não dá exemplos deles, limitando-se a afirmar que uma proposição pode ter sentido, mas não referência, caso contrário não se poderia distinguir o seu valor de verdade. Isso vem de Frege: "entender-se um sentido nunca assegura sua referência".<sup>13</sup> Sem a autonomia do sentido com respeito à referência, a rigor, nunca se poderia compreender uma proposição.

Compreender uma proposição significa saber o que é o caso, quando ela for verdadeira. (Pode-se também entendê-la, sem se saber se ela é verdadeira).

Entende-se uma proposição quando se compreende suas partes constituintes.  
TLP 4.024

Não há, porém, exemplos dessas partes constituintes; tampouco há exemplos das sentenças elementares. Wittgenstein repudiou a recepção que o positivismo lógico fez de sua primeira obra; no entanto, ele próprio não só se recusou a dar exemplos, como ainda acabou rejeitando os pontos básicos dessa obra, que foi, aliás, a única que publicou em vida. O que quer dizer publicar senão entregá-la às mais diversas apropriações? Não foi o que ele próprio fez com, principalmente, Frege e Russell? Pois bem, por volta de 1930 Wittgenstein aproxima-se do positivismo para logo negá-lo. Para ele, já no TLP, só há necessidade lógica e, portanto, os problemas da indução ou da causalidade passam a ser tratados pela psicologia (ver TLP 6.363 a 6.375). O exemplo da incompatibilidade das cores é empregado para mostrar que "Como há apenas necessidade lógica, há apenas impossibilidade lógica" (TLP 6.375). Logo afirma:

*Que, por exemplo, duas cores estejam ao mesmo tempo em um único lugar do campo visual é impossível, e logicamente impossível, pois a estrutura lógica das cores impede.*

*(É claro que o produto lógico de duas proposições elementares não pode ser nem uma tautologia nem uma contradição. O enunciado de que um ponto do campo visual tem ao mesmo tempo duas cores diferentes é uma contradição).* TLP 6.3751

Ou seja, quando recorre ao campo visual e o que é visto a partir dele, as cores, serve como exemplo para mostrar, mais uma vez, a impossibilidade lógica de proposições elementares ocuparem o mesmo lugar. A questão é a de aceitar a concepção de que hajam apenas cores puras. Mas o que seriam um vermelho ou verde puros? Como se poderia comparar duas manchas vermelhas para se saber qual é a definitivamente vermelha? Um mancha laranja é um matiz, mas não é uma cor? Mas, caso não haja cores puras, como então tratar dos matizes e ainda manter a noção de bipolaridade da proposição? Etc., etc. (Ver TLP 3.221).

<sup>13</sup> FREGE. Sobre o sentido e a referência. *op. cit.*, p. 63.

Desse modo, no TLP, não há lugar para nomes próprios como "Sócrates", "Dante" ou "Grêmio Futebol Clube", pela simples razão que Wittgenstein não dá nenhum exemplo do que possam ser os objetos. Além disso, os nomes acima podem ser definidos de diversos modos, o que os afastaria da simplicidade e da auto-subsistência de cada objeto correspondente. Por ora, convém salientar como, no TLP, a concepção dos nomes tem uma mútua dependência da doutrina do atomismo lógico. Em suma, a concepção dos "nomes", no TLP, é pensada a partir de uma ontologia e da doutrina do atomismo lógico, como se encontra claramente expressa em:

O objeto é simples. TLP 2.21

Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos. TLP 2.021

O objeto, o imutável e o subsistente, são um só. TLP 2.027

O objeto é imutável, subsistente; a configuração é mutável, inconstante. TLP 2.0271.

O nome, na proposição, substitui o objeto. TLP 3.22

Eu só posso *nomear* os objetos. Os sinais os substituem. Só posso falar deles, mas não posso asseri-los (aussprechen). Uma proposição apenas pode dizer *como* uma coisa é, não o *que* ela é. TLP 3.221.

## Investigações Filosóficas (PU)

Totalmente outro é o tratamento da noção de "simples", nas PU. Compare-se as passagens acima com o que Wittgenstein entende por "jogos de linguagem" ou das palavras como "ferramentas". Depois de dar exemplos que nada tem a ver com o seu pensamento anterior como contar piadas, orar, comandar, ler, inventar uma história, ler, cantar uma cantiga de roda, etc., ele afirma:

[...] é interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade de palavras ou frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*) (PU § 23).

E ainda Wittgenstein cita uma passagem de Platão onde o filósofo grego, há 2500 anos, já reconhecia a dificuldade de se pensar o "simples":

O que há com o fato de os nomes designarem o propriamente simples?

Sócrates [no Teeteto]: "Se não me engano, ouvi assim de alguns: para os *elementos primitivos* – para assim me expressar – dos quais nós e tudo o mais somos compostos, não há qualquer explicação; pois tudo o que é em si e por si pode ser apenas *designado* com nomes; uma outra determinação não é possível, nem que é nem que não é... mas o que é em si e por si deve ser... denominado sem outras determinações. Mas, como é impossível falar explicitamente de qualquer elemento primitivo, pois para este nada existe a não ser mera denominação; tem, na verdade, apenas seu nome. Mas assim como aquilo que se compõe desses elementos primitivos é ele próprio um

conjunto emaranhado, assim também suas denominações tornaram-se discurso explicativo neste emaranhado; pois sua essência é o emaranhado de nomes".

Estes elementos primitivos eram os 'individuals' de Russell e os meus 'objetos' (*Tractatus Logico-philosophicus*). (PU § 46)

Nas PU, a ontologia tractatiana e russelliana será mostrada como mais uma ilusão gramatical que se origina na concepção agostiniana da linguagem, isto é, na definição ostensiva (nome  $\square$  > objeto; linguagem  $\square$  > realidade). Neste sentido, a crise do atomismo lógico é, deveras, o dismantelamento do modelo objeto-designação. Mas como, nesta reviravolta de Wittgenstein, fica a problemática dos nomes próprios? Continua ele, todavia, sustentando a mesma posição de que o significado de um nome próprio não se encontra no objeto, acontecimento ou pessoa que ele representa, designa ou descreve? Mas, então, também neste caso, se está às voltas com o mesmo problema, ou seja, a tentativa de afastar a ilusão que leva a vincular exteriormente o nome e seu objeto. Quando nasce uma criança dá-se um nome que a diferencia das outras, é batizada, seu nome consta na chamada da escola, aponta-se para ela e se diz "Esse é João", ou "Aquele é Maria"; também os monumentos, as ruas, os prédios públicos são designados por nomes próprios. Diz-se "Lá fica o bairro Petrópolis". No caso dos nomes próprios abusa-se da ostensão, mas, então, a rejeição do modelo agostiniano da linguagem parece abalada. Nas seções 79 e 82 o assunto é tratado tendo como pano de fundo a concepção de B. Russell. Antes de abordá-las, porém, retomemos as seções anteriores em que desenvolve-se a crítica à concepção palavra-coisa e onde encontram-se afirmações como: "E a significação (*Bedeutung*) de um nome elucidase muitas vezes apontando para seu portador" (PU § 43). Porém, com tal afirmação voltar-se-ia ao grau zero da crítica, pois se estaria retornando ao modelo nome-coisa, que se pretendia haver eliminado. Nessa seção, a estratégia de Wittgenstein é ir direto ao tema do que se entende por "significação", pois esta palavra, tradicionalmente, já está contaminada pela noção de "referir-se a ...", isto é, em seu emprego consuetudinário ela está vinculada a fazer referências, apontar para algo, estar diante de um objeto ou de alguém. Em lineamentos gerais, desde a filosofia grega, tem-se o costume de associar a um nome um objeto correspondente. A rejeição deste modelo da linguagem anda junto da rejeição da idéia de que a linguagem ordinária possa ser corrigida por alguma noção de metarregras ou de cálculo lógico. Wittgenstein afasta-se, também neste tema, de seus interlocutores mais próximos Russell e Frege (aproximando-se de Moore), embora este assunto tenha se originado nos gregos. Ora, o tema dos nomes próprios é tematizado no contexto em que a idéia de cálculo lógico ou de metalinguagem corretiva da linguagem ordinária é posta em xeque pelas noções de jogos de linguagem e de semelhanças de família. Aí se encontram os argumentos de Wittgenstein que o levaram a substituir as tabelas de verdade do TLP pela vagueza e indeterminação da linguagem ordinária. E um dos objetivos de nossa pesquisa será mostrar como este assunto é relevante, embora Wittgenstein não o tenha esmiuçado. Ao contrário de Fogelin, que não considera relevante para o entendimento do pensamento tardio de Wittgenstein, investigaremos até que ponto não se encontra aí um

"compromisso ontológico". O próprio Fogelin reconhece que, hoje, há avanços nesta área que "deram passos decisivos contra teoria dos atos de fala, a filosofia da linguagem ordinária, e, por trás de tudo, contra Wittgenstein";<sup>14</sup> no entanto, como ele não crê que o tema seja relevante para o entendimento da obra tardia do filósofo, tampouco se vê provocado a se estender sobre tal assunto. Limita-se a, sucintamente, contrastar Wittgenstein e Russell, quando encontra na seção 40 das PU um passo importante para desfazer as ilusões gramaticais que envolvem a problemática dos nomes próprios, isto é, quando alguém como o nome "N. N" morre, então não tem sentido dizer-se "O Sr. N. N. morreu"? Ou seja, se o portador morre, nem por isso desaparece, junto com ele, o seu nome.

Tem-se, porém, nestes casos, o problema da significação das palavras ordinárias, isto é, de que o significado de um nome próprio é a pessoa, o monumento, a rua, o fato histórico, etc., pelo qual o nome está. Ou seja, de se o nome "João" está por uma certa pessoa ou o nome "Grêmio Futebol Clube" está por um time ou uma sociedade esportiva. Tal posição – assumida explicitamente por Stuart Mill – que a função semântica dos nomes próprios é discriminar ou referir-se a um objeto não poderia ser também a de Wittgenstein, sem acarretar uma fragante recusa das suas objeções à concepção agostiniana da linguagem. Por outro lado, o desmantelamento do atomismo lógico foi uma empresa que ficou a dever algo à posição de Russell. Pois, para Fogelin, no tratamento dado por Wittgenstein aos nomes próprios, é adotado o ponto de vista de Russell, isto é, também este filósofo negava que houvesse uma forma fixa para um conjunto (*set*) de descrições definidas. Há algo de indefinido nas descrições definidas. Nesta mesma linha, também, para Wittgenstein, não haveria regras fixas que regulassem o uso das palavras na linguagem e isto valeria para os nomes próprios. No seu uso ordinário, a linguagem extrapola o cálculo lógico. No entanto, os problemas surgem quando se trata de nomes próprios ordinários como "Moisés", pois, mesmo que se recuse elucidaciones históricas e causais, para ficar apenas com o contexto em que se assume a vagueza das semelhanças de família. Então, a proximidade com a noção russelliana compromete Wittgenstein com a metafísica na qual foi concebida a noção de nomes próprios. Isto exige maiores esclarecimentos, pois, obviamente, ao contrário de Russell, Wittgenstein deixa de lado a noção de teoria do conhecimento como familiaridade, que envolve a noção de mente, substituindo-a pela de "semelhanças de família", que é totalmente lingüística. No entanto, os nomes próprios parecem seu calcanhar de Aquiles, pois, não apenas Fogelin, mas também Baker e Hacker, acabam reconhecendo que dominar o uso de um nome próprio não envolve a familiaridade com o seu portador (*bearer*); no entanto, acabam por reintroduzir o socratismo recorrendo à noção de "conhecer", que haviam afastado da noção de significado como uso. Com isso, a noção de "compreender" é equiparada a de "conhecer": "para compreender um proferimento (*utterance*) incorporando o nome 'N' não requer conhecer (*knowing*) N, mas, antes, conhecer quem (ou o que) é

<sup>14</sup> FOGELIN, R. *Wittgenstein*. 2. ed. Londres: Routledge, 1987, p. 140.

N"<sup>15</sup>, ou ainda: "Dar uma explicação correta de 'N' é o critério para o conhecimento de quem é N"<sup>16</sup>. Depois de haver insistido em dismantelar o socratismo o que os faz, ao tratarem dos nomes próprios, dar um passo atrás e retomar a posição cognitiva, pois conhecer "quem" ou o "quê", envolve uma tarefa de reconhecimento do portador e que, portanto, "os nomes próprios são individuados pelos seus portadores (*individuated by their bearers*)?"<sup>17</sup>

As PU parecem reforçar esta posição. No contexto da rejeição da "análise" lógica da linguagem, especificamente, quando, para defender a vagueza da linguagem ordinária, introduz-se a noção de "semelhanças de família", Wittgenstein afirma: "...utilizo o nome (próprio) 'N' sem uma significação rígida" (PU § 79), um pouco antes ele afirmara: "Seguindo (*nach*) Russell podemos dizer: o nome 'Moisés' pode ser definido por meio de diferentes descrições". Ora, com isto, Wittgenstein, está afastando precisamente o que, bem depois, Kripke, chamará de "designador rígido", visando, ao contrário, fixar a referência, como "aquilo que em qualquer mundo possível designa o mesmo objeto"<sup>18</sup>. Wittgenstein, porém, se limitará a mostrar como a problemática dos nomes próprios, venha da tradição que vier, é uma ilusão gramatical. A gramática, porém, é autônoma, mas não inefável. Esta ilusão será desfeita a partir de onde ela surge, isto é, do uso dos nomes próprios na linguagem ordinária e, portanto, de que os nomes próprios têm funções na linguagem que se antecipam ou independem de lógicas corretivas, ontologias ou teorias do conhecimento. Mas o que quer dizer "nomes próprios na linguagem ordinária"? Como se lida com eles nesta linguagem? Como se "reconhece" ou se "sabe" que se usa um nome correta ou incorretamente? Por exemplo, Baker e Hacker afirmam que, no que respeita aos nomes próprios, há uma diversidade de critérios de explicação, ou, melhor ainda, que as formas de explicação ou elucidação (*explanation*) de quem é N e o critério para se saber a que 'N' se refere, são diversos. Eles tentam preservar a crítica à noção de análise, mas mantendo a noção de elucidar e explicar, pois "negar que um nome possa ser analisado, não é mesmo que negar que ele possa ser elucidado". Pois, "não é uma coisa como nome-relação. Antes, há muitas relações diferentes de nomes e objetos"<sup>19</sup>. E os autores passam então a dar exemplos de diferentes modelos de explicação para quem possa ser N:

- i elucidação ostensiva;
- ii elucidação locativa;
- iii elucidação por descrição: damos uma descrição de N suficiente num contexto particular para identificar N e distingui-los de outros com os quais ele poderia ser confundido. Descrições diferentes, porém, podem ser apropriadas em um mesmo contexto, alguma descrições podem ser inúteis em certos contextos (por ex., a descri-

<sup>15</sup> Baker e Hacker, *Meaning and understanding*, p. 140.

<sup>16</sup> Baker e Hacker, *op. cit.*, p. 243.

<sup>17</sup> Baker e Hacker, *op. cit.*, 143.

<sup>18</sup> KRIPKE. Naming and necessity. In: *Semantics of natural language*. Dordrecht, 1972, p. 253-355.

<sup>19</sup> Baker e Hacker, *op. cit.*, p. 141.

ção da profissão de alguém pode ser inútil para identificá-lo numa multidão), e o que é suficiente em um contexto pode ser insuficiente ou excessivo em outro.

- iv Elucidação por outro nome próprio.
- v Elucidação por pronome anafórico (importante em ficção, repetição de uma palavra no princípio de diferentes frases, etc.).
- vi Elucidação por introdução e auto-introdução.
- vii Elucidação por fotografias e retratos.<sup>20</sup>

Mas, como vimos, "elucidar" ("conhecer") não é o mesmo que "compreender", não fosse assim, não se poderia falar da "autonomia da gramática". O "contextualismo" pode ser precisamente o "externo" à gramática da linguagem. O contexto espacialmente concebido é externo. Se ele serve para a elucidação, então as regras de uso das palavras na linguagem ordinária dependeriam de critérios externos a elas. Que significam "introdução" e "auto-introdução"? Como sei que eu estou me apresentando? Aponto para a foto e digo: "Este é John Lenon", a sentença, com o nome próprio, descreve a foto. Ou seja, andamos às voltas com a ostensão. Seriam os nomes próprios exceções à regra de uso das palavras na linguagem? Para saber-se se alguém usa corretamente o nome próprio "Homero" é preciso que ele seja capaz, tenha a habilidade, de elucidar este nome corretamente, por exemplo, "Homero foi um poeta épico", "Homero viveu antes de Ésquilo", "Homero escreveu a Odisséia", etc. Wittgenstein, no § 560, procura se livrar da noção de "corpo da significação", isto é, de que a significação de uma palavra é como uma sombra que a acompanha; ele afirma que a significação de uma palavra não envolve nenhum processo mental externo ao seu uso ou à sua função na linguagem e, portanto, a significação da palavra "significação" está na compreensão dessa palavra. Mas qual é, então, o critério que decide se se compreende o seu significado? A resposta é a habilidade de explicá-la. A compreensão do significado da palavra "significação" chama-se "esclarecimento da significação" (*Erklärung der Bedeutung*). Ora, este esclarecimento é o domínio de técnicas capazes de dar conta da função do que vem a ser "significação" na linguagem. O significado da palavra "significação" tem, na linguagem, uma função distinta dos significados das palavras "mesa", "cadeira", ou "Deus", etc. No entanto, há diferença entre a compreensão das palavras "mesa", "cadeira" e os nomes próprios como "Deus", "Freud" ou "Marx". A explicação das palavras ordinárias como "mesa" e "cadeira" é circular, ou seja, a explicação destas palavras já pressupõe os seus usos na linguagem. No entanto, no caso dos nomes próprios a complexidade é bem maior. Os nomes de parentes, de amigos ou colegas são compreendidos pelas experiências comuns, embora a elucidação de seus significados pressuponha o domínio da gramática da linguagem em que se pode descrever experiências, sonhos, projetos, decepções amorosas, filhos, casamentos, viagens, mortes, doenças, festas, etc. Sem isso, que sentido teria compreender-se um nome próprio? No caso de nomes próprios amplamente conhecidos, de onde se retiram essas elucidações senão daquilo que Frege chamava de "o tesouro comum da humanidade", por exemplo,

<sup>20</sup> Baker e Hacker, *op. cit.*, 1985, p. 242.

da tradição literária ocidental. Ou este, só se pode elucidar o nome próprio "Homero" porque ele já pertence a uma tradição publicamente partilhada e, na linguagem, tem tais e tais funções. Não se trata, porém, de investigação histórica, pois o nome "Homero" faz parte da pré-compreensão sem a qual não haveria nenhuma investigação empírica. Qual o critério para dar conta do nome próprio "Napoleão"? Descrever, como uma dúzia de sentenças o significado de "Napoleão" é precisamente reduzir o tesouro comum da humanidade a um punhado de vinténs, pois que poderia elucidar melhor a vida privada e pública do imperador senão historiadores ou biógrafos. Beethoven dedicou-lhe uma sinfonia. Hegel o considerou o "Espírito de Mundo". E, mesmo a sua expressão na literatura, faz parte da sua compreensão. Em "O coronel Chabert", Balzac descreve o triste fim dos oficiais napoleônicos, não faz parte desta novela a compreensão do significado de "Napoleão"? Seria um erro afunilar a compreensão no "portador", pois este vincula-se à complexa trama da sua compreensão. A complexidade da compreensão não pode reduzir-se a um ponto. Não há hierarquias semânticas ou ontológicas. Por isso, a dificuldade de Backer e Haker está em insistir na concepção de que nomes próprios têm portadores. Mas, elucidar um nome próprio é ter a habilidade ou capacidade de discernir o seu portador? Se a resposta for positiva, então, ressurgem o fantasma da concepção agostiniana da linguagem e do socratismo e, portanto, de tudo o que se pretende eliminar, isto é, de que alguma sombra acompanhe o significado das palavras, pois se o significado é o uso que possuem na linguagem, então, não há investigações ou descobertas que permitam decidir o que seja ou não um nome próprio, que não há aqui nenhum mistério profundo cujo esclarecimento resolveria o "problema dos nomes próprios". Se, semelhante a Russell, para Wittgenstein, os nomes próprios não podem ser analisados, não será por um punhado de descrições definidas, porque seu significado já tem certas funções na linguagem, que pelo seu complexo domínio técnico, permite distinguir "Homero autor da *Iliada*" e "Homero aluno do curso de matemática", etc.

A estratégia wittgensteiniana consiste em driblar o dogmatismo das teorias do significado e a sua pretensão de explicar, através de modelos teóricos, a complexidade da compreensão dos nomes próprios. Creio que um dos erros de Backer e Haker é, precisamente, o de tentar mostrar a ilusão gramatical que, por exemplo, surge da oposição entre a sentença "a classe dos nomes próprios, como vazia" e a de que "os nomes próprios ordinários como símbolos incompletos, como falso". Pois, segundo eles, no caso dos nomes próprios ordinários, "há um critério para a compreensão que consiste na separação entre o nome próprio e o seu portador". Ora, esta distinção seria feita a partir de onde? Isto é, teria de haver um terceiro momento que pudesse julgar se elucidação de um nome próprio diz respeito ("corresponde") ao seu portador. Voltar-se-ia, então, ao argumento do terceiro homem. Mas como se poderia reconhecer que a elucidação de um nome próprio é correta se já, antes, não se dominassem as regras de uso deste nome na linguagem? Para tematizar-se tal dificuldade, é importante retomar as PU. A partir daí, vejamos o que Wittgenstein pode esclarecer. As seções que nos interessam situam-se na rejeição da definição ostensiva e da noção de análise e, portanto, de que

se possa dar o significado de uma palavra apontando para o seu portador e de que os portadores, por excelência, teriam de ser os objetos simples. As duas noções pressupõem que se possa explicar a significação de uma palavra. Wittgenstein pergunta de onde se chega à idéia de se fazer da palavra "este" um nome? Isto é, de que ela parece envolver o ilusório processo anímico que cola "este" a um certo objeto "Este carro", "Este lápis", etc. Ora, é o socratismo que leva a se investigar a natureza dos nomes. Por isso, insiste Wittgenstein, de onde surge a idéia de se problematizar o que, corriqueiramente, se chama "nome"? Esta idéia, modernamente, se confunde com a filosofia analítica da linguagem, ou seja, a de que, pela análise, se possa distinguir o que há de mais simples. E, conseqüentemente, de que "o nome deve designar propriamente o mais simples" (PU § 39). Assim, palavras que não são "nomes" devem ser decompostas em suas partes constituintes mais simples. Mas, então, o que acontece com nomes próprios como "Nothung", a famosa espada de Siegfried, se aplicarmos a técnica da análise? A espada Nothung é composta de partes numa certa combinação; se estas partes forem alteradas, então não haverá mais "Nothung", mas, afirma Wittgenstein, como Frege, aliás, a frase "Nothung tem um corte afiado", tem sentido (*Sinn*), se Nothung estiver inteira ou despedaçada. No entanto, pela doutrina que liga um nome a um objeto, se Nothung estiver despedaçada, então não haveria objeto e, portanto, tampouco haveria significado. Aplicada esta técnica da análise a palavra "Nothung" desapareceria e invalidar-se-ia a compreensão do sentido comum que se tem da lenda de Excalibur. A persistência do sentido desta palavra deve ser desmantelada pela análise lógica até que se possa distinguir os nomes que denominem o simples. A pergunta pela natureza dos nomes próprios leva à destruição da compreensão dos usos dos mesmos na linguagem ordinária. Chamando a atenção das conseqüências da análise para a compreensão da linguagem ordinária, diz Wittgenstein: "Mas se estivesse na frase 'Nothung tem um corte afiado' uma palavra que não tem nenhuma significação, então a frase seria um contra-senso (*Unsinn*). No entanto, ela tem sentido (*Sinn*); portanto, a palavra 'Nothung' deve desaparecer pela análise do sentido e, em seu lugar, devem surgir palavras que denominem o simples. Chamaremos estas palavras propriamente de nomes" (PU § 39). A lenda de Excalibur faz parte da compreensão da nossa complicada forma de vida, assim como as cartas do apóstolo Paulo, etc. e, como tais, nas palavras de Frege, fazem parte do "tesouro comum da humanidade". Pode ser que um dia elas não tenham mais nenhuma função na linguagem, mas, então, não terá sentido a pergunta pelo seu sentido, nem tampouco as tentativas de desmantelar o seu sentido. Mas a gramática não é escatologia. Do mesmo modo, Fogelin ao entender que Wittgenstein trata os nomes próprios desde as descrições definidas perde de vista o caráter anti-socrático da gramática. Dissemos acima que há algo de indefinido nas descrições definidas. A nosso ver, isso se deve à confusão de Russell sobre a problemática dos nomes próprios, pois a doutrina das descrições definidas pressupõe a compreensão daquilo que trata de descrever. Esta doutrina, aliás, preserva a idéia da relação entre as descrições e o designador, como se as descri-

ções se referissem a ele. Ora, o erro está em dizer-se: "referir-se a" consiste em algo (Zettel § 16).

No § 40, mais explicitamente, se avança na tematização dos nomes próprios. Voltemos a ele.

Deixe-nos antes falar sobre o ponto dessa linha de pensamentos (*Gedankengang*): que a palavra não tem significação quando nada lhe corresponde (*entspricht*). – É importante destacar que a palavra "significação" é empregada erroneamente quando se designa com ela a coisa que 'corresponde' à palavra. Isto é, confunde-se a significação de um nome com o **portador** (*Träger*) do nome. Se o Sr. N. N. morre, diz-se que morre o portador do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: "O Sr. N. N. morreu". (PU § 40).

Mais uma vez, Wittgenstein chama a atenção de o significado de uma palavra não é um portador que seja externo ao seu uso. Estamos, portanto, longe de toda a metafísica que, desde os gregos, pretende associar os nomes em objetos, pessoas ou eventos, que existiriam por si sós. A palavra "significação" é empregada, erroneamente, se se designar, com ela, algo que lhe corresponde. O significado da palavra "significação", como vimos, é o uso que esta palavra tem na linguagem. Qual o significado de "Homero"? A resposta pode ser a mais diversificada possível, desde os poemas épicos, o significado de "Homero" para Platão ou Aristóteles, etc. De modo semelhante, o significado de "Ana Paula", minha colega, irmã de João Paulo, a primeira aluna na lista de chamada, aquela que recebeu o prêmio de poesia, etc. A noção de "um portador" fica descaracterizada, pois os nomes próprios fazem parte da complexa rede da linguagem ordinária. Diziam o jovem Wittgenstein e Frege que "um nome só tem sentido numa sentença"; pois bem, nomes e sentenças só têm sentido quando se domina a trama da gramática da linguagem. Esta trama é a "nossa complicada forma de vida", onde já se compreende e se distingue o poeta grego Homero de outros homônimos, como o Sr. Homero, dono da banca de revistas, ou engenheiro Homero Simon. Pode-se objetar que só se entende o significado de "Homero Simon" quem entende da história brasileira e, mais especificamente, da Campanha da Legalidade, isto é correto, mas também só pode alguém saber desta história se já compreende e pode distinguir os mais diversos usos dos nomes próprios na linguagem. Com isso, o significado de um nome próprio não é o portador, pois o nome continua a ter significado mesmo depois do falecimento do seu portador. Por isso, mesmo "significação" é um nome que se compreende na gramática da linguagem, ou como argumenta Wittgenstein:

Pode-se, para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra "significação" – senão para *todos* os casos de sua utilização – explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem.

E a *significação* de um nome elucida-se muitas vezes apontando para o seu portador. (PU § 43)

Aqui há uma clara oposição entre a primeira parte da seção, como se Wittgenstein estivesse chamando a atenção para a grande diferença que há entre

procurar o significado de nome no portador e a de que o significado de uma palavra, ou nome, é o seu uso na linguagem, daí porque "para uma *grande* classe" é completada por "senão para *todos* os casos". Os nomes próprios não são casos particulares em que funciona apenas a definição ostensiva. Este é o "realismo ontológico" que ronda a autonomia da gramática. O erro está, porém, na inclinação milenar por, ao se perguntar "qual é o significado disto ou daquilo?", pergunta e resposta, serem formuladas como se houvesse uma relação de correspondência entre a palavra e a coisa. Uma definição ostensiva como "Isto é verde" não é apenas diferente de "O significado da palavra 'verde' é tal ou qual", pois a definição ostensiva é apenas um dos modelos de elucidação da palavra "verde", que, aliás, não pode ser feita sem que já se domine, na linguagem, toda a conceitografia das cores. Além disso, a palavra "verde" tem usos bastante variados na linguagem "milho verde", "verdes anos", "Partido Verde", os militares, etc. Mais uma vez, o erro surge quando é-se levado a pensar que o significado "está pela" coisa e, portanto, que a pergunta pelo significado é a pergunta pela coisa. Neste caso, quando se pergunta pelo significado, o significado se torna uma coisa. Ou seja, este modelo de que "um nome designa uma coisa" ficou tão comum que, quando filosofamos, também aplicamos a mesma fórmula: "denominar algo é colocar uma etiqueta numa coisa" (PU § 15). Um modo peculiar de empregar os signos, como ferramentas, se converteu num modelo de pensar filosófico, perdendo de vista a práxis da sua origem. A metafísica é a repetição do modelo da etiqueta. Wittgenstein volta a ocupar-se deste assunto no § 79, que, segundo Fogelin, mantém-se todavia na dependência da doutrina russelliana das descrições definidas. A localização desta seção, nas PU, faz com que, a partir dela, se continue na problemática dos "nomes próprios", mas também nos possibilita retomar o fio da meada que, primeiramente, seguiu o nosso ensaio, isto é, a rejeição do essencialismo que surge da "ânsia de generalidade".

Vejamos mais detalhadamente o extenso § 79. Wittgenstein, parte da posição de Russell das descrições definidas. De saída, ele clama para que se considere o exemplo de quando se diz "Moisés não existiu" e que esta afirmação pode ter diferentes significações, como: "os israelitas não tiveram nenhum chefe quando deixaram o Egito", ou: "não existiu nenhum homem que tivesse realizado tudo o que a Bíblia narra de Moisés", etc. Pode-se, efetivamente, levantar estas questões, pode-se duvidar de que Moisés tenha existido. A linguagem onde se exercita a dúvida e a discussão sobre passagens do Antigo Testamento funciona normalmente. Por isso, quando se tenta descrevê-la ou defini-la desvia-se da compreensão do seu funcionamento ordinário. Tenta-se, assim, corrigir seu modo ordinário a partir de uma linguagem mais "exata", elaborada "mais cientificamente". Destinado, tenta-se corrigir as palavras-instrumentos com recursos que já não têm o mesmo emprego e, ao contrário, levam a uma perda da habilidade no trato com as palavras. Mas a compreensão, a execução destes instrumentos, é anterior às definições ou, ou melhor, à doutrina das "descrições definidas". Sendo assim, Wittgenstein destaca esta diferença ao afirmar que "segundo Russell pode-se dizer: o nome (*Name*) 'Moisés' pode ser definido por diferentes descrições (*verschiedene*

*Beschreibungen definiert*). Por exemplo: "o homem que guiou os israelitas através do deserto", "o homem que viveu naquele tempo e naquele lugar e que naquela época foi chamado Moisés", ou "o homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do faraó", etc. Do mesmo modo, a sentença "Moisés existiu", dependendo da definição que adotemos, isto é, das descrições em que a enquadremos, adquire diferentes sentidos, e isto vale para qualquer sentença feita a partir de Moisés (*von Moses handelt*). A estratégia de Wittgenstein é de eliminar a ilusão de exatidão, essa falsa imagem (*Bild*) em que se movem as pretensões da lógica. Não é por acaso que a seção 70 se encontra na exposição das noções de "jogos de linguagem" e de "semelhanças de família" e, portanto, da tentativa de mostrar a vagueza da linguagem. Também os nomes próprios não têm uma "significação rígida" (*ohne feste Bedeutung*), como é o exemplo de "Moisés". Poder-se-ia dizer que é uma característica dos nomes próprios não ter uma designação rígida. Vimos que este também fora o objetivo de Russell. O problema é eliminar a noção de que os nomes próprios tenham "designadores" fora de seus usos na linguagem ordinária. Que precisem de um salvo-conduto externo à sua práxis. Pode-se dar este passo se entender-se o funcionamento dos nomes próprios na linguagem. E se indagar as circunstâncias de seus empregos ou, simplesmente, o modo como eles funcionam? Sem maiores problemas, "se alguém nos diz que 'N não existiu', podemos simplesmente aceitar ou concordar com ele, mas também podemos perguntar 'o que você quer dizer? Você quer dizer que..., ou que...?', etc". Wittgenstein chama a atenção para este colóquio ordinário que ocorre quando se usam nomes próprios. Com isso, pretende limpar o terreno acumulado de "descrições definidas", pois, digamos que uma das definições de "Moisés" seja falsa, isto não quer dizer que se coloque em cheque todo o contexto em que se dão as perguntas e as respostas. Ora, o caso em que uma das descrições fosse falsa, dá a idéia de que ela não tenha referência, mas, com isso, pensa-se "Moisés" a partir do modelo da referência, ou seja, que todas as descrições "definidas" se refiram a um designador. Tal concepção leva a uma drástica restrição da compreensão dos nomes próprios, pois, se para saber o significado de "Moisés" ter-se-ia de ter uma definição precisa de cada sentença que trata deste nome próprio. Ora, neste caso, cada uma delas teria de ser verdadeira em relação a um único designador. É isto que quer dizer "definido". Esta posição pretende que a compreensão de um nome próprio depende de explicações ou definições, isto é, procura, a partir da noção de regras de cálculo, desviar-se da vagueza da linguagem em que operam os nomes para apanhar o que é, neles, invariável. Há diversos modos de descrever um nome próprio, mas eles só podem ser compreendidos porque todos se referem a um único designador que permanece invariável. É importante, porém, não comparar a vagueza com as pretensões de exatidão da linguagem como cálculo lógico, pois fora dos diversos e vagos usos de um nome próprio na linguagem estão as ilusões gramaticais.

A concepção russelliana assume que há várias descrições que são definidas por um único nome: "Moisés". A diversidade de descrições reforça a noção de vagueza e ambigüidade. Wittgenstein reforça esta posição, mas para desfazer a

pretensão da lógica de corrigi-la. Vimos que o próprio Russell reconhece a dificuldade de corrigir a linguagem ordinária e de que, se isto fosse possível, então as relações ficariam extremamente difíceis para não dizer impossíveis. Mas, mesmo assim, Russell insiste em definir, cientificamente, os nomes próprios. Se eles e fossem variáveis e ambíguos, então o esforço seria inútil. Os nomes próprios têm de designar algo de fixo. Se um nome próprio não permanecesse invariável, então não se poderia compreendê-lo. E como é possível fazer várias descrições dele, então teria de haver um conjunto de sentenças verdadeiras com as quais, por exemplo, se poderia saber se "Moisés existiu". Está bem. Mas, como vimos, se uma delas fosse falsa, não colocaria em cheque a compreensão do nome "Moisés"? A noção de análise lógica da linguagem centra-se na bipolaridade da proposição. Mas, a compreensão da linguagem estaria em maus lençóis se dependesse da comprovação de cada uma das sentenças e que a reunião delas daria, então, conta da significação do nome próprio. Ou seja, embora o nome próprio resulte da descrição de uma seqüência de sentenças, só se pode verificar cada uma destas sentenças na ausência das outras. Como indaga Wittgenstein: "Não é como se eu, por assim dizer, tivesse à mão toda uma série de suportes e que me apóio em um deles quando os outros me são retirados e vice-versa?" Mas, se poderia ainda perguntar: como se sabe se esta ou aquela sentença diz respeito ao mesmo nome? Não haveria aí um processo mental de reconhecimento? Isto é, primeiro se dá conta das condições de verdade de cada sentença, depois se pode ajustá-la ao mesmo nome, comparando-a com as outras? Estas questões originam-se no socratismo que tenta explicar o "que" é um nome próprio, afastando-se o "como", isto é, a sua compreensão corriqueira na linguagem. Se não se pode definir "planta", "estar", "coberto", então, quando se diz "O chão está coberto de plantas", não se sabe o que se está dizendo (PU § 70). Do mesmo modo, se não souberem definir "Moisés" ou "Jesus", então os crentes que lêem a Bíblia durante a Missa, tampouco sabem o que estão dizendo. A "vivência da significação" destes nomes (*Erleben der Bedeutung eines Wortes*) antecipa-se à pretensão de elucidá-los pelas suas definições. Ora, tais nomes funcionam sem um significado rígido. A vagueza do seu emprego é crucial para a compreensão da linguagem ordinária e, portanto, para a execução da nossa complicada forma de vida.

Wittgenstein evita compromissos essencialistas mostrando que os nomes próprios podem mais bem ser compreendidos com a noção de semelhanças de família. Com ela, abandona-se a noção de designadores rígidos e assume-se o significado das palavras a partir de seus usos na linguagem. O erro está na tendência em identificar "compreender" com "conhecer", "definir" e "analisar", ou melhor, de que só se compreende algo, quando se pode defini-lo.<sup>21</sup> Esta distinção faz parte da estratégia de Wittgenstein de rejeição da análise lógica da linguagem. Mas,

<sup>21</sup> Esse é o erro que Baker e Hacker todavia persistem. Eles tiram a lebre da toca, mas não conseguem abatê-la. Fogelin, pior ainda, sequer aplica o conceito de compreensão à problemática dos nomes próprios. Isso mostra como o debate entre diferentes tradições filosóficas nunca é uma rua de mão única.

não se usa a palavra "compreensão" do mesmo modo que se usa a palavra "conhecimento" ou "definição". Para evitar reduzir um ao outro, Frege já distinguia o sentido e a referência. Pode-se compreender o sentido de uma sentença sem que ela tenha referência. Por exemplo: "Napoleão morreu em 1807", "Júpiter é uma estrela", "Júpiter é um planeta", etc. As elucidações pressupõem a compreensão do "tesouro comum da humanidade". Nas palavras de Wittgenstein, elas pressupõem a compreensão da "nossa complicada forma de vida". A compreensão não é algo externo ao seu exercício. A compreensão não envolve uma "teoria" que dê conta do significado das palavras, mas o domínio destas palavras, cuja práxis, aliás, mantém a vivência da significação, o domínio técnico da trama das palavras na linguagem. Compreensão é execução porque as palavras são ferramentas. A compreensão não é algo à parte, mas o exercício destas ferramentas. Por isso, uma palavra deixa de ser compreendida quando não tem mais uso na linguagem. Assim como uma ferramenta pode perder sua serventia, também uma palavra pode perder seu significado, isto é, as suas funções na nossa complicada forma de vida. Portanto, a habilidade de explicar pressupõe a habilidade de compreender. As elucidações pressupõem a compreensão do que é elucidado. Por exemplo, só se pode explicar "Aquele é a estátua de John Lenon" se já tem uma compreensão prévia deste cantor, de suas músicas, de que morreu tragicamente, etc. Se elucidamos o nome próprio "John Lenon", com as descrições "o autor de 'Imagine'", "um dos Beatles", "marido de Yoko Ono", "morador de Nova Iorque", etc. Podemos ir adiante e descrever o nome próprio "Os Beatles", como "um conjunto de rock", "John Lenon, Paul Mcarthney, Ringo Star, Georg Harrison", "os autores de o 'Submarino amarelo'", etc., e assim interminavelmente. Ora, a compreensão destas definições já é parte da nossa forma de vida contemporânea. As descrições definidas nada acrescentariam. Elas são um lixo semântico. Sua limpeza é tarefa da terapia da linguagem. Além disso, como se pode ter garantias de que as elucidações são corretas, por exemplo, no caso de Homero? Elas se encontram, ao fim e ao cabo, na compreensão da epopéia grega e não no conhecimento objetivo delas. A pesquisa arqueológica que pretende elucidar se Homero existiu ou não, depende da compreensão literária. Mas se alguém apresenta um amigo: "Esta é Renata Freitas". O que está em jogo não é um conhecimento objetivo de alguém, mas a compreensão do "cerimonial" no qual pessoas são apresentadas umas às outras. Além disso, a expressão "eu sei que ela é Renata" é distinta da "eu sei que Renata tem excesso de albumina no sangue", etc. E também que a afirmação: "Eu sei que sou L. H.", não envolve nenhum processo de observação interno em que eu pudesse me referir a mim mesmo. Afinal de contas, estas afirmações só são possíveis ao dominarem-se e ao seguirem-se as regras da linguagem. Tampouco se trata de opor particulares e universais, pois esta oposição é metafísica. Mesmo a teoria dos tipos chega com atraso. O significado dos nomes, sejam ou não próprios, vincula-se às suas regras de uso na linguagem. As regras não são homogêneas, daí a relevância da noção de "semelhanças de família". Tampouco pode ser corrigida a vagueza das suas aplicações, pois elas não funcionam de modo unilateral. As regras da gramática não são trilhos que conduzam a algum lugar. O no-

me "Moisés" não remete para um designador que esteja além de seus usos. A regra não toca a realidade, nem tampouco dependura-se no vazio. A regra é a sua execução.

Assim como, para Heidegger, o mundo "se dá" porque se manipulam utensílios, para Wittgenstein, o significado "se dá" porque as palavras, na linguagem, funcionam como ferramentas. Compreender a linguagem como algo distinto do seu caráter operativo é o dogmatismo. O dogmatismo é apenas uma ilusão gramatical. Ao distanciar-se da práxis, o pensamento torna-se inefável. E a vida do significado passa a ser concebida a partir daquilo que não tem vida. Ora, essa fonte de metafísica foi, por caminhos distintos, destruída por Nietzsche, Heidegger, Merleau-Ponty, Derrida e, como mostramos, também por Wittgenstein.